



Africa Development, Volume XLI, No. 3, 2016, pp. 71-95

© Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2017
(ISSN: 0850-3907)

A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes¹

Patrícia Godinho Gomes*

Resumo

A luta armada conduzida na Guiné-Bissau provocou mudanças profundas na estrutura social, nomeadamente em termos culturais e de edificação de novas estruturas administrativas e sociais (educação, saúde, justiça). Todavia, a construção de uma nova sociedade ficou muito aquém das reais expectativas do povo guineense no período que sucedeu à independência. O presente estudo procura discutir, com base no método de estudo da história oral, os primeiros resultados de uma pesquisa mais alargada sobre uma das figuras femininas bissau-guineenses que encarnam a atuação prática do pensamento de Amílcar Cabral, Teodora Inácia Gomes, a partir de alguns excertos da sua história de vida, da análise de alguns discursos de Amílcar Cabral sobre a condição feminina, de documentos produzidos pelo PAIGC sobre a situação das mulheres na sociedade bissau-guineense e na luta armada assim como de diversa literatura sobre o tema.

Abstract

The armed struggle conducted in Guinea-Bissau promoted profound changes in the social formation, particularly in terms of cultural, social and administrative structures (education, health and justice). However, the building of a new society fell far short from the real expectations of the Bissau-Guinean people after the independence. Based on the method of oral History, this study discusses the first results of a wider research on one of the Bissau-Guinean Women figures who embody the practical application of Amílcar Cabral's thought, Teodora Inácia Gomes. The research make use of some fragments of Teodora's life history, of the Amílcar Cabral's discourse on Women condition, of the PAIGC's documents and of the literature on the subject.

* Programa de Pós Graduação em Estudos Étnicos e Africanos-PósAfro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Email: patuxagomes@gmail.com

Introdução

Nos anos sessenta do século XX, na senda do movimento de liberalização da cultura africana, surgiu uma importante corrente internacional de estudos que abriria o caminho a um novo debate historiográfico sobre o passado africano, procurando sobretudo alternativas às visões obscurantistas sobre o continente que tinham dominado boa parte da literatura sobre África. A essa corrente pertenceram eminentes historiadores como Lucien Fèbvre (1953), Joseph Ki-Zerbo (1972) e Jan Vansina (1977). Estes estudiosos defenderam a possibilidade da reconstrução do passado de sociedades sem escrita e admitiram que, embora os documentos escritos fossem fundamentais para a reconstrução histórica dos povos e das civilizações, a “engenhosidade da história deve permitir a todos fabricar o próprio mel” (Fèbvre 1953:428). Neste sentido, Ki-Zerbo (1972:98-99) argumentou sobre a necessidade de construir uma história considerando múltiplas fontes. Por outras palavras, a diversidade de condições de vida e das atividades humanas no tempo e no espaço pressupunham, *a priori*, um olhar diferenciado em relação ao meio estudado, fato que deveria inevitavelmente levar o historiador a realizar um exercício de escolhas teóricas e metodológicas indispensáveis à boa condução da pesquisa.

Entre os historiadores verificou-se um interesse crescente na busca de figuras africanas com passados gloriosos, entre as quais perfis femininos.² No entanto, a literatura deste período sobre a história das mulheres africanas era inexistente. Entre 1970 e 1985, a literatura tendeu a ignorar as vozes das principais protagonistas. A maior parte das publicações privilegiaram fontes de arquivo e muito raramente testemunhos orais, com algumas poucas exceções.³

No entanto, e como sugere Margaret Jean Hay,⁴ apesar das lacunas evidentes em termos da literatura produzida (em particular temas como as mulheres e a educação formal, o impacto das instituições coloniais e pós-coloniais na vida de mulheres e homens africanos, o acesso das mulheres às instituições da justiça), muitos avanços se verificaram em termos teóricos. A obra colectânea de Claire Robertson e Iris Berger⁵ publicada em 1986 é, nesse sentido, um importante contributo para a análise do tema. A obra chama a atenção para o facto de que os sistemas coloniais, de forma geral, tenderam a favorecer e a perpetuar formas de discriminação de género e a subestimar o estatuto socioeconómico das mulheres africanas. Neste sentido a análise do tema deveria partir de um discurso de inclusão das forças culturais endógenas e considerar os modelos pré-coloniais de relações de género.

O tema da participação das mulheres na luta anticolonial pressupõe uma abordagem diferenciada tendo em conta os contextos específicos em que ocorreram os processos. No caso dos países africanos de língua oficial portuguesa, a génesis dos movimentos femininos esteve estritamente ligada aos

movimentos de libertação desses países (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Verificou-se a participação das mulheres tanto na esfera político-ideológica como nas frentes de guerra e nas diversas atividades no âmbito da organização das áreas libertadas.⁶

Na Guiné-Bissau, o processo de independência foi bem sucedido graças ao suporte e à atuação popular por um lado, e à capacidade de liderança do PAIGC⁷ e de Amílcar Cabral,⁸ por outro. Nesse contexto, a contribuição das mulheres foi importante e permitiu alcançar objetivos em termos da organização das instituições nascentes. No seu Programa de Ação, o PAIGC estabeleceu a igualdade entre os homens e as mulheres, afirmando que “os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas”.⁹ Se se considerar o contexto político sociocultural da época, estas palavras traduziram-se numa verdadeira inovação em relação ao estatuto da Mulher na esfera pública.

Os objectivos da luta de libertação na Guiné-Bissau foram muito para além da expulsão do colonialismo português em África, tal como defendeu Basil Davidson.¹⁰ Nesse processo de emancipação, as mulheres guineenses tiveram destaque em alguns domínios,¹¹ tendo a componente feminina do movimento de libertação contribuído de forma positiva para a mudança de mentalidades sociais, sobretudo nos meios rurais em que a resistência à presença das mulheres em lugares de decisão era mais evidente.¹²

O respeito pelos direitos das mulheres dependia em grande medida da consciencialização de que a sua emancipação e liberdade dependiam, antes de mais, delas próprias e da sua vontade em lutar contra os obstáculos ao seu desenvolvimento e que conduziam à subordinação em relação aos homens. São exemplos os casamentos precoces, os casamentos forçados, a maternidade na adolescência, a excisão feminina, a desigualdade em termos dos direitos sobre os filhos, do direito à herança e à posse da terra.¹³

Os anos subsequentes à independência da Guiné-Bissau viram as mulheres relegadas a uma posição subalterna na sociedade e nas esferas de decisão, e uma acentuada descontinuidade em relação aos objectivos fixados pelo Programa Maior do PAIGC de 1966, nomeadamente nos campos da educação e da saúde (Urdang 2013:273-278). Merecem destaque alguns aspetos positivos gerados no âmbito desse processo.

Algumas mudanças promovidas no contexto da luta de independência permitiram criar as condições de base para o surgimento de uma nova mentalidade cultural e de uma prática política capaz de favorecer o resgate das culturas endógenas e de colocar os interesses coletivos acima das vontades individuais no seio do movimento de libertação. A transformação social subjacente favoreceu não apenas a melhoria da condição de vida de uma parte

significativa das populações, mas também lançou as bases para a criação do movimento político feminino guineense. Este quadro geral iria sustentar o ideário do movimento de libertação sobre os direitos das mulheres, favorecendo a luta contra a discriminação de género e facilitando o surgimento de uma nova formação social guineense, como analisado em trabalho precedente (Godinho Gomes 2010).

A construção de uma “nova sociedade” com base na equidade de género tal como estabelecido no Programa de Ação do PAIGC, deveria ter constituído a base para edificar as estruturas do novo Estado e garantir o funcionamento das instituições com base no equilíbrio de género dando deste modo continuidade às ações iniciadas durante a luta armada. No entanto, olhando para o seu percurso desde a independência (1973-74), em que o país atravessou várias crises políticas, económicas sociais e militares, e perante a decadência das instituições do Estado, devemos interrogar-nos sobre as razões porque o Estado guineense não conseguiu encontrar as vias para a perenizarão das conquistas da luta e conduzir o país ao desenvolvimento durável. Que motivos estiveram na base da descontinuidade em relação ao princípio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres estabelecidos no contexto da luta armada e da participação de ambos em igual medida na vida política, social e cultural do país? De onde recomeçar para reconstruir uma nova sociedade com base na equidade, na justiça social e na irmandade, respeitando as diferenças internas? Como poderão as mulheres guineenses contribuir de forma contínua e eficaz para este processo à luz do percurso efetuado e das experiências regionais, continentais e mundiais?

O presente estudo analisa os primeiros resultados de uma pesquisa mais alargada sobre uma das figuras femininas guineenses que melhor encarna a atuação prática do pensamento de Amílcar Cabral, Teodora Inácia Gomes,¹⁴ partindo de alguns excertos da sua história de vida, da análise de discursos de Amílcar Cabral sobre a condição feminina, de documentos produzidos pelo PAIGC sobre a situação das mulheres na sociedade guineense e na luta armada e da análise da literatura sobre o tema. Sem quaisquer pretensões de responder às questões acima colocadas, o tema desenvolvido procura discutir algumas questões fundamentais relativas à evolução da condição feminina na Guiné-Bissau e, possivelmente, contribuir para o debate sobre a necessidade de uma reinterpretação do processo histórico da luta de libertação, no âmbito do qual se impõe questionar sobre o lugar da Mulher na sociedade guineense, num discurso mais alargado sobre a recuperação da memória coletiva.

À luz da experiência política de Teodora Inácia Gomes, o estudo procura compreender, por um lado, o contributo efetivo das mulheres guineenses ao processo de mudança sociocultural que iria culminar com a transformação da

Guiné Portuguesa, uma colónia, no Estado independente da Guiné-Bissau, e, por outro lado, o lugar que lhes coube na sociedade guineense na época sucessiva à independência e o contributo específico que deram na redefinição do discurso político e do movimento feminino no contexto do monopartidarismo (1974-1994) e do pluripartidarismo (1994-hoje). Enfim, a finalidade do artigo é a de equacionar o papel da Mulher guineense como sujeito e objecto do atual debate sobre a história da libertação da Guiné-Bissau, procurando compreender a sua historicidade.

Questões de método

Nas ciências sociais, o método das histórias de vida¹⁵ pode ser definido segundo dois principais pontos de vista: as histórias de vida *stricto sensu* e a forma como elas são narradas e utilizadas. Na pesquisa que aqui se apresenta, optou-se por analisar o aspecto do método qualitativo, um método não estatístico sem objectivos de sondagem, através do uso da história de vida recolhida por meio de uma entrevista livre de carácter narrativo, com base no método de pesquisa da tradição oral.¹⁶ Deste modo, a questão que se põe não é a da utilização de questionários, mas da transcrição de textos a partir de gravações vocais em língua kriol (que no caso específico duraram cerca de 10 horas), língua nacional da Guiné-Bissau.¹⁷

Jeja Pekka Roos (1991:1-2) e Susan Geiger (1986:339-340) definem história de vida como sendo “uma história ou biografia baseada na narração do percurso de vida de uma determinada pessoa na qual essa pessoa é o sujeito da história (...)”, que no caso das biografias femininas permite informar e corrigir a narrativa histórica androcêntrica prevalecente. Nessa perspetiva foi conduzida a entrevista com Teodora Inácia Gomes, figura central da pesquisa e cuja história de vida serviu de base para a abordagem da trajetória política e social das mulheres “da luta” na Guiné-Bissau, assim como a compreensão de algumas importantes transformações socioculturais ocorridas. Deixou-se o sujeito livre de definir os aspectos sobre os quais se concentrar, de acordo com o quadro geral do argumento da pesquisa,¹⁸ isto é, a recuperação da memória coletiva do período da luta armada relatada segundo as vozes dos seus protagonistas.

A qualidade dos resultados numa pesquisa deste tipo também depende do tipo de relações que se estabelecem entre o entrevistador e o entrevistado. Respeito mútuo, estima, confiança recíproca são indispensáveis para levar a cabo com sucesso um estudo com estas características. Os encontros com Teodora Inácia Gomes assumiram um carácter de grande intercâmbio entre a entrevistadora e a entrevistada, facto que acabaria por enriquecer significativamente o quadro reflexivo e analítico do trabalho realizado.

A análise crítica e a interpretação dos dados constituem uma parte fundamental do trabalho de um historiador na utilização de fontes orais, uma vez que contêm elementos que servirão para a reconstrução histórica. Como todos os outros documentos, as fontes orais requerem do historiador uma crítica atenta, que deve ser tanto externa como interna (Thompson 1992). No primeiro caso o pesquisador põe em evidência a relação entre os dados recolhidos e outras fontes históricas a fim de estabelecer a linearidade ou a fragmentação da transmissão das informações. No segundo caso, ele procura estabelecer a conformidade da narrativa, isto é, a sua validade (Pekka Roos 1991; Thompson 1992). Os excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes serviram como fonte primária na presente análise. A técnica de entrevista adotada foi a da “entrevista de tipo narrativo”, também chamado estudo biográfico (Gayibor 2011). São os casos em que o entrevistado pode narrar os factos de forma relativamente livre sem uma série de questões específicas pré-estabelecidas. Uma entrevista narrativa pode ser composta por duas partes: uma primeira parte na qual o sujeito descreve a sua história de vida livremente e, uma segunda parte, em que a entrevista pode ser completada com perguntas mais específicas. Este aspecto também correspondeu à escolha feita pela autora. As duas partes foram precedidas por uma fase explicativa em que a entrevistadora procurou descrever à entrevistada as razões e os objectivos do trabalho, de forma a que o sujeito da pesquisa se pudesse sentir motivado e envolvido no trabalho.

A motivação do sujeito estudado é fundamental por vários motivos, entre os quais evitar um “contrato” demasiado específico no âmbito do qual ele conta a sua história apenas do ponto de vista da pesquisa. Para se alcançarem resultados com valor científico numa pesquisa de tipo qualitativo com estas características é necessário em primeiro lugar encontrar exemplos capazes de fornecer um quadro social abrangente da realidade em estudo.

No caso concreto da escolha de Teodora Inácia Gomes, ela orientou-se considerando fundamentalmente os seguintes elementos:

- a) interesse em escutar a uma protagonista da história contemporânea guineense num contexto de fragilidade cultural, em que evocar o carácter matrilinear da sociedade poderá ajudar na tarefa de reapropriação do conceito de *ermondadi*¹⁹ que esteve na base do processo libertador guineense;
- b) mulher conhecedora das suas tradições e respeitada no seu meio sociocultural, capaz de representar a ponte de ligação entre as mulheres do mundo rural e as da realidade urbana;
- c) o seu desempenho político na luta pela independência;
- d) funções exercidas no contexto da luta armada: organização da juventude (pioneiros Abel Djassi mais tarde Juventude Africana Amílcar Cabral),

- enfermeira socorrista nos hospitais das áreas libertadas, professora nas escolas das áreas libertadas, comissária política nas frentes de combate sul e leste;
- e) contributo na redefinição da estrutura da organização política feminina nacional, a UDEMU.

Alguns aspectos da vida de Teodora Inácia Gomes

Teodora Inácia Gomes, familiarmente conhecida por “Obono”²⁰ nasceu em 13 de Setembro de 1944, em Empada, região de Quínara, sul da Guiné-Bissau, no seio de uma família de tipo “alargada”. Filha de Inácio Pedro Gomes, de Bissau, de etnia Manjaca e de Nhanha da Silva, de etnia Bijagó, Teodora foi educada de acordo com valores da cultura cristã e professava a religião católica tal como todos os membros da sua família. Ainda muito jovem, o seu pai foi para Portugal, cidade do Porto, levado por um amigo do avô paterno que lhe tinha garantido instrução e formação na “metrópole”. Homem de grande prestígio, Inácio Pedro Gomes foi dos poucos africanos que tinham recebido uma educação com moldes ocidentais e que tinha tido a possibilidade de estudar fora da colónia. Exerceu diversos cargos de prestígio na Guiné colonial, entre os quais o de Juiz dos “indígenas”¹ em Bolama, nos anos quarenta do século vinte. Conheceu diversos nacionalistas ainda antes da criação do PAIGC, nomeadamente Rafael Barbosa e colaborou de perto com Amílcar Cabral na fase da organização da luta anticolonial e mesmo nos primeiros anos da ação armada. Teve importantes contactos com o Partido Comunista Português, organização política que combatia o regime fascista em Portugal e aliado dos movimentos nacionalistas das então colónias. No seu depoimento, Teodora sublinha a importância que a relação com seu pai teve na sua formação política, tendo sido ele o responsável pela sua mobilização para a luta armada, em 1962, aos 18 anos de idade.

A mãe de Teodora Inácia Gomes, Nhanha da Silva, pertencia à etnia Bijagó, cuja organização social é fundamentalmente de tipo matriarcal. Era doméstica. Casou com o pai em segundas núpcias e tiveram quatro filhos. Tal como o marido, Nhanha militava no PAIGC e juntos participaram na luta armada, tendo dado auxílio a muitos dos combatentes que transitavam de Conacri para as zonas de guerra. Sendo uma família poligâmica, a relação entre mães e filhos pressupunha não apenas o cuidado dos filhos de sangue como também dos filhos das outras esposas. No caso concreto de Teodora, a figura materna não era apenas a da sua mãe de sangue; verificava-se uma convivência materna entre ela e as outras esposas do pai, as “madrastas”.

Em 1964, já nas fileiras do PAIGC e após a morte do pai²¹, Teodora recebeu uma bolsa de estudo para Kiev, Ucrânia, na então União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas-URSS. Desiludida com a forma como o pai fora assassinado e de como estava sendo conduzido o processo de independência, concordou em ir para a ex-União Soviética estudar como forma de se “afastar” das atividades da luta. Na diáspora, como estudante do PAIGC em Kiev, Teodora teve a oportunidade de participar em movimentos sociais, em particular juvenis e contribuiu para desenvolver atividades políticas difundindo os ideais e objetivos do movimento de libertação e da luta armada junto das organizações juvenis e movimentos femininos.

O discurso de Amílcar Cabral e a luta pela emancipação feminina

Ainda que de forma circunscrita, afigura-se importante para fins do presente estudo abordar o tema da participação das mulheres na luta anticolonial e armada nesta secção para uma correta leitura do processo. Nestes termos, torna-se necessário analisar o discurso político de Amílcar Cabral em relação à emancipação feminina, central para a compreensão da dinâmica.

A herança cultural e intelectual de Amílcar Cabral traduziu-se num contributo concreto ao desenvolvimento do nacionalismo, não só na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, como também nos demais territórios africanos sob colonização portuguesa e em países africanos sob o regime de apartheid e outras formas de discriminação. Os pressupostos teóricos e a prática política nos quais assentaram o seu pensamento determinariam, em boa medida, o sucesso da luta armada conduzida pelo PAIGC.

A partir do conceito de “democracia revolucionária” (Cabral 1976; Davidson 1979; Chabal 2003), isto é, a inclusão das populações no processo de tomada de decisão sobre questões de interesse comum, Cabral abordou a questão de forma dialética, procurando mostrar que a opressão do regime colonial constituía um importante fator de bloqueio estrutural e psicológico que impedia os africanos de se autogovernarem e que as capacidades deviam ser construídas durante o processo revolucionário e não após o mesmo. Eram necessárias, portanto, estruturas de apoio e de capacitação e capacidade de tomada de decisão. Por outro lado, Amílcar Cabral chamou a atenção para a questão da liderança individual e coletiva e teorizou o papel da liderança individual como parte de um todo, aplicando a sua tese ao contexto guineense (1976:154). Afirmou a propósito que :

o nosso Partido é dirigido colectivamente, não é uma pessoa só que dirige. Em qualquer nível, na ação política ou nas Forças Armadas, na segurança ou na instrução, em qualquer lado há sempre uma direcção colectiva, a vários níveis. Mas a tendência de alguns camaradas é de monopolizar a direcção só para eles, eles é que decidem tudo, não consultam a opinião de ninguém (...). Isso não pode ser porque duas cabeças valem sempre mais do que uma cabeça (...).

Esta abordagem mostra como deveria ser conduzida a liderança e qual deveria ser a postura dos dirigentes cuja perspetiva tinha necessariamente que assentar numa visão partilhada da luta armada. A máxima de Cabral, “tell no lies, claim no easy victories” (Manji, Fletcher Jr. 2013), traduziu a sua prática política, baseada na humildade, na avaliação honesta da situação e na integridade humana.

Ao teorizar sobre a luta armada na Guiné-Bissau, Amílcar Cabral evidenciou o papel fundamental das mulheres na revolução e no processo de reconstrução nacional. O sucesso de qualquer tipo de transformação social, segundo a sua análise, consistia “em constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de libertação da sociedade (...). A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres”.²² Tal como discutiu Oyéronké Oyèwumì (2005:3-22, 2010) qualquer que seja a análise sociológica de uma determinada comunidade ou sociedade, ela exige antes de mais a devida contextualização e a consideração das especificidades no sentido de alcançar resultados relevantes. E foi na mesma perspetiva que Amílcar Cabral entendeu a construção da nova sociedade guineense. Tal atitude se torna ainda mais necessária nos casos em que as sociedades foram submetidas a processos de colonização, como é o caso da Guiné-Bissau, onde se tornou imperativo descortinar as complexidades subjacentes à subalternidade das populações e as relações de género construídas no contexto do colonialismo. Sendo a posição das mulheres bastante diferenciada, mas fundamentalmente de dependência, impunha-se um trabalho profundo de mudança de mentalidades, sem, no entanto, criar contrastes e fracturas sociais. A esse propósito, Cabral (1976:132) afirmaria:

no começo os homens não queriam reuniões com as mulheres. Passo a passo, não forcámos, enquanto noutras áreas as mulheres entraram logo nas reuniões, sem problemas. Nós temos que ter consciência da realidade geral da nossa terra, das realidades particulares de cada coisa, para podermos orientar a luta corretamente.

As mulheres guineenses aderiram à luta ainda na fase da sua organização, agindo clandestinamente. Nos centros urbanos, realizaram tarefas de ligação, cedendo as suas casas para reuniões do PAIGC. Prepararam e distribuíram material de propaganda, cozinharam para muitos militantes que se encontravam na clandestinidade, esconderam em suas casas perseguidos políticos que procuravam despistar a PIDE²³ e serviram de ligação entre as diversas “células” clandestinas espalhadas pelo território e na diáspora. No entanto, as atividades acima referidas reproduzem *in toto* os papéis sociais de género e os estereótipos sociais através dos quais se perpetuaram as desigualdades de género, mesmo após a independência (Ly 2014). A participação das mulheres nas atividades políticas verificara-se a nível da mobilização das populações rurais para a luta armada em que eram as mães, esposas e irmãs a convencerem muitos dos jovens

a aderir aos ideais da luta. Em termos da sua participação política nos órgãos decisores ou em posições de destaque, poucas mulheres estiveram efetivamente presentes.

A partir do discurso produzido por algumas mulheres consideradas figuras históricas do PAIGC, deduz-se que foi sobretudo contra o sexismo e a mentalidade patriarcal que elas tiveram de lutar, luta na qual mostrar-se-ia fundamental o apoio do Partido de Cabral. Neste sentido é interessante o testemunho de Cármén Pereira, uma das mulheres “do Partido”, que assumiu cargos políticos destacados durante e após a luta armada. A propósito da mudança de mentalidades e comportamentos no seio dos sistemas sociais tradicionais, afirmou que (Pereira 1978:63).

(...) a posição das mulheres era de grande atraso. Para cumprimentar o marido, ela chegava ao ponto de se ajoelhar diante do marido. Enquanto trabalhava nos campos, o marido ficava em casa. Ela trabalhava até ao pôr do sol, regressava a casa, preparava e servia-lhe a refeição, ia buscar água para o marido se lavar. Era bastante submissa. O Partido lutou contra todos esses aspetos negativos da nossa tradição e conseguiu eliminar muitos deles. Agora já há homens a trabalhar juntamente com as mulheres nos campos. No passado os homens de religião muçulmana recusavam que as esposas participassem em reuniões do Partido. Recusaram-se uma, duas, três vezes mas à quarta tiveram de aceitar porque as mulheres insistiram. Elas estavam interessadas em ouvir e saber o que se passava. Agora as mulheres fazem parte dos comités de “tabanka”.²⁴ e chegam a ser eleitas presidentes desses comités. Os homens já aceitam que as mulheres participem em reuniões e compreendem a importância e porque é que o Partido insiste nessa questão.

A transformação cultural e a melhoria da condição feminina deveriam seguir um processo de mudança de mentalidades a nível social tendo em conta as realidades étnicas mais ou menos estratificadas com as próprias regras e os próprios códigos culturais. Por outras palavras, o sucesso da libertação guineense dependia em boa parte da capacidade de o PAIGC conseguir consensos e partilhar ideias e projetos sem quaisquer imposições, numa perspetiva inclusiva.

Não obstante os sucessos alcançados, a estrutura partidária do PAIGC apresentava fraquezas evidentes. Esta situação conduziria, num dado momento do processo a abusos de poder por parte de determinados chefes militares que atuavam de forma arbitrária em algumas regiões libertadas, submetendo as populações às próprias vontades e não aos princípios que tinham sido delineados pelo PAIGC. Como referiu Lúcio Soares,²⁵

Foi bom que tivesse acontecido a reunião de Cassacá. Foi orientador. Muitos comandantes tinham perdido o controlo e estavam a cometer erros. Na minha

perspetiva muita gente que naquela altura tinha assumido o comando não tinha preparação para o fazer e não sabia o que estava a fazer. Outros sabiam. Os que não sabiam cometiam os mesmos erros que os portugueses cometeram durante o colonialismo. Muitos pensavam nestes termos “se ele era chefe de posto, agora eu é que sou o chefe de posto e se ele agia daquela forma agora eu posso também agir da mesma forma (...)” isso levou muitos a cometerem atrocidades (...).

Neste quadro, a experiência de vida de Teodora Inácia Gomes²⁶ é particularmente significativa. A propósito da morte de seu pai refere:

(...) Era hábito irem buscar o meu pai para ir até Conacri (onde estava sediado o Secretariado do Partido) para ajudar a fazer relatórios sobre a luta. Em 1964 ele ficou lá cerca de dois meses, e foi quando começaram a dizer que iam ter de eliminar feiticeiros. (...). Acusaram o meu pai. Foi isso que levou à morte do meu pai, acharem que ele era feiticeiro! (...) mas quem atirou no nosso pai até hoje não sabemos, mas de algum sítio esse tiro saiu !(...) Perguntei-me a mim mesma afinal onde estavam os ideais da luta? Todo o mundo conhecia só Cabral, falava de Cabral. Mas então onde é que estava Cabral? Essa é a luta que ele disse que queria fazer e as pessoas andavam a matar os próprios irmãos? Fiquei muito decepcionada (...) o meu pai tinha feito tanto pela luta! Mas também sei que a ignorância era um problema e o meu pai já dizia isso. Por isso mesmo é que ele nunca quis sair para parte alguma e preferiu morrer mas combater e ajudar os seus! (...)

Esses desvios refletiram-se em vários domínios, nomeadamente no que se refere à participação das mulheres nas questões políticas, aspecto que encontrou impedimentos e oposição por parte dos homens e das comunidades de pertença de uma forma geral (Ly 2014:29-32).

A libertação das mulheres guineenses de algumas práticas tradicionais prejudiciais ao seu avanço constituiu um dos elementos centrais do discurso político de Amílcar Cabral e do PAIGC (Ivi: 28-29). Num dos vários encontros de mobilização que Cabral mantinha habitualmente com as populações rurais da Guiné-Bissau, referiu, em 1966, numa comunidade da região sul do país (Chaliand 1969:93):

Depois da guerra as mulheres e as meninas voltarão para as aldeias como enfermeiras e professoras ou então trabalharão no comércio ou integrarão as milícias (...). Deixarão as nossas bases mas ninguém pense que estas meninas estão prontas para serem “dadas” em casamento. Casar-se-ão se o desejarem mas não haverá mais casamentos forçados. Aqueles que continuarem a incentivar esta prática estarão agindo pior do que os portugueses colonialistas (...). O nosso Partido é também o partido das mulheres.²

Apesar dos muitos obstáculos, as mulheres guineenses souberam usar as condições objectivas criadas para dar início a um processo de emancipação, que se previa irreversível. Em 1963, antes da morte de seu pai e do Congresso de Cassacá, Teodora Inácia Gomes²⁷ foi transferida para a base militar de Cam (no sul da Guiné-Bissau), onde assumiu funções fundamentalmente políticas:

(...) na base de Cam a minha função continuou como orientadora política. Efetuava reuniões com as populações e militares sobre o motivo que levou o PAIGC a desencadear a luta armada na Guine Bissau, ensinando princípios e normas que regiam os estatutos e programas do Partido sobretudo o Programa Maior e o Programa Mínimo do PAIGC. Nesta base de guerrilha eu dirigia 95 raparigas sob a orientação dos Comandantes de Base João “Colontche” e Fernando Badinca, e do Instrutor Militar Pedro Nanque. Para além da atividade política e militar, tinha a responsabilidade de orientar um grupo em várias atividades tais como cozinha, descasque e transporte de arroz, transporte de água, lavagem de roupa, transporte de material de guerra. Na perspectiva da criação de grupos femininos de guerrilha, as jovens recebiam instrução militar (...).

A maior parte das funções exercidas pelas mulheres correspondia aos trabalhos socialmente considerados como tipicamente “femininos” no quadro da divisão sexual do trabalho. Todavia, houve um esforço notável no sentido de integrar as mulheres nas estruturas políticas já numa fase mais avançada do processo. A formação política e técnica das meninas era uma das formas consideradas importantes para alcançar tal objetivo. Esse objectivo foi, em certa medida, conseguido. A partir de 1972, algumas mulheres passaram a fazer parte dos órgãos políticos do PAIGC e dos tribunais populares como membros de júri.²⁸

Houve vários outros domínios em que as mulheres se distinguiram: nas operações militares, a partir de 1966 com a intensificação da guerra, como milícias e parte integrante dos corpos militares nas frentes.²⁹ O sistema de educação que então nascia nas zonas libertadas da Guiné-Bissau contou com o apoio fundamental das mulheres em todos os seus aspectos e níveis. Nos comités de gestão das escolas entre os representantes dos estudantes as raparigas eram representadas em número igual ao dos rapazes (3 raparigas e 3 rapazes), para além do representante dos professores e do representante político.³⁰ As conquistas foram importantes, sobretudo no que se refere à presença de mulheres como professoras e gestoras dos institutos e escolas das áreas libertadas. Teodora Inácia Gomes³¹ referiu quanto ao seu desempenho:

em 1966 voltei para a URSS e finalizei o Curso de Pedagogia e Psicologia Infantil no Instituto Gorca de Kiev (...); depois do exame final de Estado, voltei para Conacri, onde continuei as minhas atividades como professora dando aulas no Jardim Escola de Ratoma (Instituto Amizade), tendo sido nomeada mais tarde para diretora do Jardim Escola do Instituto Amizade. Isto entre 1969 e 1971.

Felizmente consegui pôr em prática os meus conhecimentos, tive sorte. Fui dirigir uma instituição com 300 a 400 alunos, onde pude mostrar as minhas capacidades em termos de pedagogia (...). As minhas atividades traduziam-se em dar aulas, preparar professores, organizar os programas escolares e organizar a escola, dar formação em termos de educação sanitária e primeiros socorros. Tive a oportunidade de trabalhar com crianças com deficiências, pus em prática os meus conhecimentos e consegui ajudar algumas delas a obter bons resultados (...). Em resumo o meu trabalho era coordenar os monitores e os professores”.

A valorização dos recursos humanos e da organização do trabalho mereceu particular atenção nesta fase. Existiam os núcleos de monitores que iam às regiões, aos sectores e às secções organizar os pioneiros dentro das escolas, e daí eram escolhidos os representantes dos grupos dos pioneiros que iriam representar os jovens no PAIGC. Por outro lado, havia o Grupo de Controlo das escolas, órgão responsável pela coordenação das atividades escolares (programas, orçamento, gestão de estudantes), formado por 4 membros, sendo 2 homens e 2 mulheres. Este facto adquiriu um significado importante se se considerar que tradicionalmente o papel social das mulheres se limitava à dimensão doméstica e familiar. Não menos importante, foram os avanços no âmbito do sector da saúde.³²

A UDEMU: em busca de uma organização política feminina

Em virtude da necessidade de reforço da componente feminina foi criada em Conacri, em Junho de 1961, a UDEMU-União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde, ainda antes do início da luta armada. A UDEMU tinha como principal tarefa a mobilização das mulheres e o seu enquadramento político no processo. Nesta primeira fase da sua existência, para além do trabalho interno, a organização projetou-se no plano externo através das suas atividades, em particular no plano das relações diplomáticas com a finalidade de captar recursos financeiros fundamentais para o avanço da luta de libertação. A perspectiva de género traçada por Amílcar Cabral e apoiada pela classe dirigente do PAIGC constituiu sem dúvida uma importante “arma” de luta. No entanto, esta visão não tinha encontrado uma base sustentável de apoio no seio do próprio movimento de libertação. Tendencialmente, os homens “do Partido” nas relações estabelecidas com as mulheres “do Partido”, reproduziram as mesmas atitudes e os mesmos comportamentos sociais baseados nas estruturas familiares patriarcais e hierárquicas de pertença, procurando as justificações na fragilidade física das mulheres (Ly 2014:29). Enquanto uma élite dirigente partilhava os mesmos objetivos em relação à visão emancipatória de género, uma parte substancial da sociedade parecia não estar suficientemente preparada

para entender e aceitar a pretendida mudança nas relações de género, visto mais como um desafio que ameaçava os fundamentos das identidades socioculturais locais através dos quais os homens procuravam mostrar a própria condição de chefes de família.

Em razão destas contradições, por um lado, e da progressiva exigência em integrar mulheres nas diferentes atividades que a própria dinâmica da luta armada ia gerando nas zonas libertadas por outro, a UDEMU acabaria por se extinguir em 1966, apenas cinco anos após a sua criação. Teodora Inácia Gomes³³ referiu a esse propósito que:

“A UDEMU foi criada em 18 de Junho de 1961, em Conacri. Mas eu não estava presente. Quem estava presente era a Francisca Pereira, a Cati Turpin, a falecida Meta. Mas mais tarde veio a ser suspensa. Há diversas versões acerca disso, mas penso que a sua suspensão teve que ver com o pouco contributo na altura das mulheres, das que lá estavam. Não as da frente de luta” (...).

Na perspetiva de Teodora Inácia Gomes, a razão fundamental pela qual a UDEMU não sobreviveu nessa primeira fase deveu-se, sobretudo, ao facto de que as mulheres com melhor formação política não estarem engajadas na organização, encontrando-se a maior parte delas nas frentes de luta e integradas em várias outras atividades paralelas. Da mesma forma, Carmen Pereira (1978:66) refere-se à falência inicial da UDEMU como resultado de a maioria das mulheres experientes estarem empenhadas nas três frentes de luta, o que teria levado à ausência das mulheres dentro da organização e, portanto, a não se apropriarem do projeto. Afirmou a este propósito:

“No início da luta, o Partido criou a União Democrática das Mulheres da Guiné-UDEMU mas não tínhamos quadros suficientes para manter a organização. Todas as mulheres experientes estavam nas frentes de combate, como militares, fazendo trabalho político e não podiam estar na organização. Agora que a guerra terminou, o Partido criou um Comité formado por responsáveis quadros e militantes que deverá organizar as mulheres do Partido.”

A equidade de género na fase pós-independência deveria ter em conta, antes de mais, estratégias de luta pela autonomia das mulheres dentro das estruturas familiares patriarcais. Esta tarefa deveria primeiramente ser sustentada por políticas de formação e de inserção das mulheres na vida política e administrativa do Estado. No entanto, o que se verificou foi uma evidente discrepância entre os princípios defendidos pelo PAIGC em termos de equidade de género e a prática política, marcada fundamentalmente pela ausência de engajamento em relação a certas questões sociais (Urdang 1979). Os novos dirigentes estavam mais preocupados em assegurar os próprios privilégios do que propriamente em apoiar a causa das mulheres. Neste sentido e como referiu Joshua Forrest (2003:127), a Comissão Feminina do PAIGC parecia “mais um clube social

com a sua sede em Bissau” do que propriamente uma iniciativa política com ambições de reorganizar o movimento feminino guineense.

A referida Comissão, criada em 1975, tinha por objetivo analisar a condição das mulheres guineenses e cabo-verdianas, as suas problemáticas e os seus interesses a fim de elaborar programas de ação para enfrentar os novos desafios a nível nacional e tendo em conta a questão da etnicidade. Impunha-se assegurar a integração política e social das mulheres no novo contexto de Estado independente. Em Junho de 1979, a recém-formada Comissão Nacional das Mulheres da Guiné, cuja finalidade era dar continuidade ao trabalho iniciado pela Comissão Feminina do PAIGC, procedeu a uma reestruturação interna que culminaria com a decisão da realização do primeiro Congresso Nacional das Mulheres, em Novembro de 1982.

O primeiro Congresso das mulheres guineenses realizado em Fevereiro de 1982 sob o lema “A UDEMU renasceu”, teve como objectivo fundamental a redefinição da estrutura da UDEMU, que desde meados dos anos 60 tinha deixado de funcionar, como já foi anteriormente referido. A “nova” UDEMU tinha como finalidade mobilizar e organizar as mulheres na luta pela emancipação e desenvolver nelas uma atitude política. Deveria contribuir “para a construção de uma sociedade democrática em que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e deveres, sem discriminação de cor, sexo, religião ou origem social, uma sociedade onde esteja garantido o exercício das liberdades e direitos fundamentais do homem”.³⁴

No Programa de Ação da nova organização, foram sublinhados os vários obstáculos e as dificuldades que as mulheres guineenses enfrentavam e os aspectos em relação aos quais era fundamental intervir, entre os quais:

- conscientização das mulheres sobre a importância do seu papel no esforço produtivo nacional, levando-as assim a se comprometerem de forma responsável no trabalho, favorecendo deste modo o combate à discriminação de que são vítimas;
- sensibilização da sociedade em geral, visando a promoção: do reconhecimento da importância do papel da mulher como elemento criador de uma parte da riqueza nacional; de uma melhor e mais justa distribuição da riqueza nacional na base da capacidade produtora dos indivíduos e não em critérios baseados no sexo; da participação das mulheres na superestrutura dirigente de forma a garantir a sua inclusão nos processos de tomada de decisão que afectam a sociedade e o seu desenvolvimento; da capacitação das mulheres em termos políticos, culturais, literários, técnico-científicos e profissionais, com vista ao seu melhor enquadramento e participação efetiva nas estruturas partidárias e estatais.

A UDEMU, pelo seu carácter extremamente ideológico, ficou limitada em termos de capacidade de resposta às novas exigências próprias de um contexto de Estado independente, em que deviam ser incluídas não apenas as mulheres que “do PAIGC”, mas todas as cidadãs guineenses do novo Estado. Por outras palavras, era necessário alargar o âmbito de actuação da organização e proceder à sua reforma interna e à sua despartidarização.

A participação nos postos de decisão

Após a independência, o tema da emancipação feminina pressupôs, antes de mais, um esforço no sentido da compreensão das dinâmicas relacionais entre a condição das mulheres e as velhas práticas sociais que tinham contribuído a gerar novas hierarquias sociopolíticas com base na etnicidade. A nova realidade social exigia uma análise das relações de poder fundamentalmente assimétricas geradas no contexto colonial que tinha criado, em traços gerais, uma contraposição mais ou menos evidente entre a elite política e administrativa dominante de origem cabo-verdiana e descendentes dos portugueses (crioulos) considerados privilegiados e a maioria das populações (na sua maioria rurais), que tinham sofrido as maiores injustiças do sistema colonial português (Mendy 1999).

Em termos políticos, a evolução da participação das mulheres nos órgãos de soberania não teve uma continuidade ascendente, apesar dos esforços realizados no sentido de garantir a sua participação. A presença das mulheres na Assembleia Nacional Popular desde a independência é nesse sentido um interessante elemento de análise:

Tabela 1: Presença de mulheres na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau

Legislatura (período)	Mulheres	Homens	% Mulheres
1973-1976 (I)	10	110	8,3
1976-1984 (II)	19	131	12,6
1984-1989 (III)	22	128	14,6
1989-1994 (IV)	30	120	20
1994-1999 (V)	9	91	9
1999-2004 (VI)	7	95	7,8
2004-2008 (VII)	13	87	11

Fonte: Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau-ANP.

Em termos absolutos o número de mulheres no parlamento aumentou de 10 para 30 entre a I legislatura (1972 -1976) e a IV legislatura (1989-1994). Por outro lado é importante verificar que na IV legislatura (1989-1994) a percentagem de mulheres alcançou o mais alto valor desde a independência (30 mulheres em 150 deputados, equivalente a 20% do total), enquanto na VI legislatura (1999-2004) a presença feminina no parlamento conheceu o seu mínimo histórico (7 mulheres em 102 deputados, equivalente a 7,8%), fato que teve na sua origem, de entre outros fatores, a instabilidade causada pela guerra civil de 1998-99. Na fase do monopartidarismo, os deputados eram escolhidos entre conselheiros regionais eleitos em assembleias populares, o que certamente permitia que se ponderasse a presença das mulheres na ANP através do sistema das quotas. O sistema eleitoral favorecia a escolha de mulheres no sentido de garantir a sua participação nos órgãos de soberania. Contrariamente, o período multipartidário foi caracterizado por uma competição entre várias listas eleitorais em que cada um dos partidos procurou tirar vantagem do carisma ou da popularidade dos próprios membros nos vários círculos eleitorais.³⁵ Neste novo cenário político, a estratégia passou a assentar, sobretudo, na possibilidade de convencer o eleitorado, apresentando uma figura conhecida e respeitada em quem se pudesse confiar. Nestas circunstâncias, as mulheres foram penalizadas, uma vez que não eram popularmente conhecidas e não tinham meios (materiais e financeiros) suficientes que lhes permitisse competir. Teodora Inácia Gomes³⁶ apontou para a necessidade de uma maior união entre as mulheres e de acesso aos meios financeiros. Afirmou a propósito:

(...) as dificuldades existem, e elas residem sobretudo na falta de condições financeiras das mulheres para suportarem a própria candidatura a um lugar político ou de decisão. Três motivos a apontar: o primeiro é que elas não estão financeiramente bem posicionadas; em segundo lugar elas não são unidas; e em terceiro lugar, nos momentos importantes em que é preciso apresentar candidaturas nas estruturas partidárias elas estão muitas vezes mais envolvidas com as campanhas dos próprios partidos e de outros candidatos do que com elas mesmas. Quando as pessoas estão a fazer reuniões para reestruturar, para apontar candidatos para os lugares, a maior parte das mulheres está ausente, ficam nos fogões de casa a cozinhar em vez de estar a fazer política! (...)

A dinâmica participativa das mulheres da luta de libertação foi um fator importante de mobilização política. O esforço realizado no sentido de educar e formar as mulheres como uma das prerrogativas do desenvolvimento, ficou a dever-se, sobretudo, à clarividência de Amílcar Cabral e do seu movimento de libertação, que tinha compreendido, à luz de experiências locais, regionais e internacionais, a importância da inclusão das mulheres no processo de transformação cultural como sujeitos da própria história e objeto de debate na sociedade. No entanto, para que tal acontecesse teriam que ser as próprias mulheres a dar o primeiro passo.

Todavia, apesar do seu protagonismo no processo de independência, a posição das mulheres no período posterior à independência ficou muito aquém do pensado e projetado. Raramente as mulheres assumiram posições de destaque em termos de liderança.

Apesar de o discurso oficial produzido ter sublinhado a igualdade de género, de facto poucas mulheres alcançaram a condição de emancipadas após a independência. Por um lado esse discurso foi estrategicamente utilizado para desacreditar a propaganda fascista na luta anticolonial e foi um instrumento político eficaz que permitiu ao PAIGC ganhar apoio das próprias mulheres consolidando a sua posição interna e a nível internacional. Por outro lado, a luta armada consubstanciou um período de crise, não tendo os valores então adquiridos resistido à prova dos anos, particularmente evidente com o regresso das mulheres às próprias comunidades de origem, reassumindo muitas delas os papéis que tradicionalmente lhes eram reservados e, deste modo, continuando a reproduzir as divisões sexuais do trabalho e formas de discriminação nos meios rurais em que dominava o patriarcado.

Apesar da instabilidade crónica em que a Guiné-Bissau tem vivido, importantes conquistas foram alcançadas nos 40 anos que se seguiram à independência: em termos da educação e da formação das mulheres, nos meios urbanos e rurais; a nível da emancipação económica e do associacionismo; a nível da presença feminina nas instituições políticas, mesmo se neste último caso se tenha verificado um decréscimo sobretudo após o conflito militar de 1998-99.³⁷ São inúmeros os desafios a enfrentar para que se possa alcançar a equidade de género na Guiné-Bissau. Sobre o percurso político e as vitórias alcançadas no que toca aos direitos das mulheres, a reflexão de Teodora Inácia Gomes³⁸ é particularmente interessante:

no passado as mulheres não tiveram liberdade suficiente para participar em reuniões em que pudessem ser escolhidas para as atividades partidárias. Mas já foi feito muito trabalho nesse sentido. Já há consciência das mulheres em apresentar candidaturas. As candidaturas são normalmente apresentadas pelas próprias organizações ou pela estrutura partidária na qual trabalham. Como muitas das nossas mulheres trabalham a nível das estruturas dos partidos, é lá que elas são escolhidas. Mas o que é fundamental é entender que nós estamos a fazer um trabalho importante de sensibilização das mulheres para as enquadrar nas estruturas dos partidos para elas estarem prontas a serem escolhidas logo que surgir uma oportunidade, no parlamento, no governo, nas estruturas regionais, nos institutos, ou nos tribunais, porque não existe só parlamento, há outras estruturas. Já há muitas mulheres que neste momento estão conscientes do facto e assumem que querem ser escolhidas voluntariamente para ir trabalhar numa das estruturas que acabei de referir.

A nível parlamentar muitas batalhas foram ganhas pelas mulheres e pelas organizações de caráter feminino, nomeadamente a aprovação da lei da saúde reprodutiva, da lei do planeamento familiar e da lei contra a mutilação genital feminina (MGF) em 2011.³⁹ Neste contexto, Teodora Inácia Gomes foi uma das protagonistas femininas. Durante a sua presença no parlamento como deputada da República e enquadrada no seu grupo parlamentar apresentou várias propostas de lei a favor das mulheres, algumas das quais já se encontram aprovadas. Como referiu a mesma em entrevista:⁴⁰

como deputada da Nação e no âmbito do grupo parlamentar do PAIGC apresentei diversas propostas de lei, algumas das quais foram aprovadas e outras ainda estão por aprovar. Por exemplo, as leis sobre selos de combatente da liberdade da pátria, a lei sobre a saúde reprodutiva, a lei sobre o tráfico de menores, a lei sobre o planeamento familiar e a lei sobre a violência contra as mulheres, mesmo se esta última não foi até ao momento aprovada no parlamento. Este é o nosso desafio hoje!

Resta ainda muito por realizar, sobretudo em termos da luta contra a violência de género (violência sexual, violência económica, violência doméstica). Enquanto não se criarem e não forem aplicados mecanismos legais que regulem estas matérias, não haverá meios para julgar e punir esse tipo de crimes. Mas, devem ser as próprias mulheres a lutarem contra esses fenómenos, unidas e constituindo redes de trabalho com organizações femininas a nível da sub-região da África Ocidental e do continente africano de forma geral.

Na minha interpretação, as conquistas que as mulheres “da luta” deixaram às gerações sucessivas foram: educação, consciência política e autonomia económica. E este é, na minha perspetiva, o ponto do qual repartir para refletir sobre o tema da reconciliação nacional na Guiné-Bissau. Como já referi algures (Godinho Gomes 2013:145-146),

o país precisa de se reconciliar consigo mesmo para exorcizar definitivamente os fantasmas do seu passado recente, tão marcado pela falta de diálogo, pela intolerância e pela violência. É preciso que os guineenses se sintam bem consigo mesmos e uns com os outros, no seio de uma nação plural em construção, integrada por todas as suas etnias e por crioulos (...). Como proceder a essa reconciliação, caberá à sociedade guineense, na base de um diálogo inclusivo, decidir (...).

Notas

1. Uma primeira versão do presente artigo foi apresentada na conferência internacional realizada na cidade da Praia (Cabo Verde) sob o tema “Por Cabral, sempre”, 18-20 de Janeiro de 2013. Agradeço o colega Cláudio Alves Furtado, professor de História da África na Universidade Federal da Bahia (Brasil) pelos úteis comentários à versão inicial do texto, que permitiram melhorar a estrutura e o quadro analítico do trabalho.

2. Foi o caso do estudo conduzido por David SWEETMAN, *Women leaders in African history* Portsmouth, NH, Heinemann, 1986. Contudo, um estudo elaborado anteriormente sobre a mesma figura descreve de outra forma a rainha do reino de Matamba. Trata-se do trabalho do historiador Joseph Miller no qual analisou a controversa figura da rainha Ginga de Angola, normalmente referenciada como mulher que combateu o poder colonial português. Miller descreve Ginga como uma monarca que em algumas circunstâncias teve comportamentos que podem ser considerados pouco “heróicos”, tendo mesmo chegado a colaborar com o poder colonial português (Miller J. “Nzinga of Matamba in a new perspective”, *Journal of African History*, vol.16, n.2, pp. 201-216).
3. Entre eles o de Kinsman M., “Beasts of burden: the subordination of southern Tswanawomen, ca. 1800-1840”, *Journal of Southern African Studies*, vol.10, n.1, pp. 17-39; Gaitskell, D., ‘Housewives, maids or mothers: some contradictions of domesticity for Christian women in Johannesburg’, 1903-1939», *Journal of African History*, vol. 24, n. 2, p. 241-257.
4. Hay, M. J., 1988, ‘Queens, prostitutes and peasants: historical perspectives on African women, 1971-1986’, *Canadian Journal of African Studies*, vol. 22, n. 3, pp. 430-447.
5. Robertson, C., Berger, I., (Eds), 1986, *Women and class in Africa*, New York, Holmes and Meier.
6. Sheldon, K., Feo Rodrigues, I., 2008, “‘Outras vozes’: Women’s writings in Lusophone Africa”, *Africa and Asia Studies*, n.7, pags. 423-445, em particular 425-26.
Algumas autoras problematizaram o tema, trazendo uma visão inovativa sobre o uso das histórias de vida de mulheres como método de pesquisa: Marcia Wright, *Woman in peril: life stories of four captives*, Lusaka, NECZAM, 1984; Robertson, C., 1984, *Sharing the same bowl: a socio-economic history of women and class in Accra*, Ghana, Bloomington, Indiana University Press; Geiger, S., ‘Womens’s life histories: method and content’, *Signs II*, pp. 334-351.
7. Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, criado a 19 de Setembro de 1956, em Bissau, capital da então colónia da Guiné Portuguesa. Esse partido, inicialmente constituído por seis jovens (Amílcar Cabral, Luís Cabral, Elisée Turpin, Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida) como movimento de libertação, foi criado com a finalidade de dar resposta à precária situação sociopolítica e económica dos guineenses e dos caboverdianos gerada por um regime político fundamentalmente opressivo e que se tinha deteriorado nas últimas décadas da colonização portuguesa (Godinho Gomes, P., 2010, *Os fundamentos de uma nova sociedade: o PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*, L’Harmattan Italia, p. 35).
8. Sobre a biografia de Amílcar Cabral veja-se, entre outros, Chabal, P., 1983, *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people’s war*, Cambridge, Cambridge University Press; Lopes, C., 2005, ‘Special issue on Amílcar Cabral’, *African identities*, London, Routledge; Soares Sousa, J., 2011, *Amílcar Cabral, vida e obra de um revolucionário*, Lisboa, Vega.
9. PAIGC, *Rapport sur le rôle politique-social et économique de la femme en guinée et aux îles du cap vert*, Conakry, 1972, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo verde); *Sowing the first harvest. National reconstruction in Guinea-Bissau (interview to Carmen Pereira)*:

- woman revolutionary*), Oakland, CA, LSM Information Center, 1978, pp.61-66 (Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral, Lisboa, cota-GW-H I-10; Cabral, A., 1976, 'Os princípios do Partido e a prática política', in Andrade, M. (Org), *A arma da teoria-Unidade e luta (Obras escolhidas de Amílcar Cabral)*, vol. I, Lisboa, Seara Nova, p. 117-188.
10. Veja-se Davidson, B., 1969, *Liberation of Guinea: aspects of an African revolution*, London, Penguin Books. Sobre o mesmo tema veja-se também Chaliand, G., 1967, *La guerre de guerrilla*, Paris, François Maspero.
 11. Em particular nos ambitos da educação e da saúde, as mulheres guineenses não só tiveram a oportunidade de serem alfabetizadas e de melhorar o próprio nível de formação, como também participaram elas próprias no trabalho político de mobilização, como formadoras e ainda como membros dos tribunais populares das zonas libertadas. São interessantes neste aspeto os depoimentos de Manuel Boal, médico angolano, responsável pela organização da saúde do PAIGC entre 1970 e 1974, de Dulce Almada Duarte, linguista caboverdiana, professora na Escola Piloto (Conacry) entre 1968 a 1973 e de Teodora Inácia Gomes, professora na Escola de Ratoma, em Boké (Guiné-Conacry), responsável pela organização da junture durante a luta armada-aos pioneiros Abel Djassi- e mobilizadora política (GODINHO GOMES, P., p.260-304; entrevista conduzida pela autora com Teodora Inácia Gomes, Lisboa, 25 e 26 de Novembro de 2012).
 12. PAIGC, *Programa do PAIGC-Programa Maior*, Conacry, 1965, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo verde), p. 2.
 13. O discurso de Amílcar Cabral sobre a posição das mulheres na luta aponta, por outro lado, para uma responsabilidade delas próprias na situação de subordinação política em que se encontravam, sendo que as mulheres em muitas situações não conseguiam fazer-se respeitar e defender o seu lugar, não assumindo certas responsabilidades sem quaisquer preconceitos (Amílcar CABRAL, *op.cit.*, p 152). Veja-se sobre o mesmo tema: URDANG, S., 1979, *Fighting two colonialisms: women in Guinea-Bissau*, New York; os relatórios da Comissão Nacional das Mulheres da Guiné e o relatório da União Democrática das Mulheres (UDEMU): Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *Iº Congresso das Mulheres, Bissau-Congresso da organização para o enquadramento da mulher no desenvolvimento*, 3 a 7 de Novembro de 1982, Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, Lisboa, cota-GW M I-2 dossier; Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *Iº Congresso das Mulheres- mulher e a reconstrução nacional*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, CIDAC, Lisboa, cota-GW-M I-2 dossier; UDEMU, *IIº Congresso-A mulher na família*, Bissau, 4 a 8 de Dezembro de 1988, CIDAC, Lisboa, cota-GW M I-7 dossier.
 14. A autora está atualmente envolvida num projeto de pesquisa mais amplo subordinado ao título "«As outras histórias»: percursos biográficos de mulheres nos processos de emancipação e independência nos PALOP. Os casos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique" (do qual faz parte o tema analisado neste artigo), aprovado em Janeiro de 2014 pelo Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia coordenado pelo professor Valdemir Zamparoni da mesma universidade.

15. Existem vários métodos de recolha das histórias de vida, sendo os principais a técnica de entrevista narrativa e a recolha de biografias escritas diretamente pelo protagonista. Existem também outros métodos como por exemplo a entrevista “a tema” em que o entrevistador procura controlar a condução da entrevista com a finalidade de manter uma coerência externa relativamente ao entrevistado (Thompson, 1992).
16. Vansina, J. 1977., Gaybor, Théodore N., 2011, *Sources orales. Histoire africaine*, Paris, L'Harmattan.
17. O trabalho desenvolvido com Teodora Inácia Gomes teve inicio em 2010, antes da gravação da entrevista em Novembro de 2012. Desde essa data a autora vem mantendo conversas informais com a protagonista do estudo, conversas essas que se revelaram importantes na definição do quadro geral da entrevista e consequentemente, das questões discutidas.
18. O interesse da autora pelo estudo do tema da luta armada na Guiné-Bissau e da condição das mulheres teve início no âmbito dos seus estudos doutoriais em que se dedicou à análise das fontes históricas e orais para o estudo do tema da formação do Estado guineense.
Jeja Pekka Roos, “Biografie, autobiografie, vite reali: il metodo delle storie di vita”, *La Critica Sociologica*, n.99 (ottobre-dicembre 1991), pp.1-14
19. *Ermondadi* é o termo na língua nacional da Guiné-Bissau *kriol* que significa a partilha de uma herança cultural e consanguínea no seio de uma comunidade.
20. “Obono” significa fome em algumas línguas da Guiné-Bissau (Pepel, Manjaco, Mancanha). De acordo com Teodora Inácia Gomes, esse nome foi-lhe atribuído por uma tia por ela ter nascido na época em que ainda decorria a Segunda Guerra Mundial e havia muita fome. Esse é o nome com que Teodora é conhecida entre os seus familiares e a nível das suas relações de amizade.
21. O pai de Teodora Inácia Gomes morreu em 1964, assassinado. As trágicas circunstâncias sua morte nunca chegaram a ser esclarecidas (veja-se um excerto do seu depoimento na secção 4 deste artigo).
22. PAIGC, *Rapport sur le rôle politique-social et économique de la femme en guinée et aux îles du cap vert*, Conacry, 1972, p.5 , Fundação Amícar Cabral, Praia (Cabo verde).
23. Polícia Internacional e de Defesa do Estado-PIDE foi criada em 1954 em Lisboa (Portugal) com o principal objectivo de reprimir todas as possíveis formas de manifestação dos africanos contra o poder colonial, tanto nas colónias como na metrópole. A partir de 1957 foram abertas delegações da PIDE em todas as colónias africanas, transformando-se num verdadeiro instrumento de controlo da informação (sobre a ação da PIDE veja-se Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Direção Geral dos Serviços de Censura, 1 livro, 337 maços, auxiliares de pesquisa: L602/5).
24. Tabanka é o termo em língua kriol que significa aldeia. Os “Comités de Tabanka” eram os órgãos responsáveis pela gestão das comunidades das áreas libertadas.
25. Entrevista a Lucio Soares, realizada pela autora, 16/6/2015, Bissau (a partir deste momento sera citado apenas o nome e a data). Lúcio Soares foi comandante na região norte da Guiné-Bissau durante a luta armada. Dirigiu importantes ações em Morés e Candjambari e trabalhou com alguns entre os mais destacados chefes de guerrado PAIGC como Osvaldo Vieira e Francisco Mendes “Tchico Té”.

26. Entrevista a Teodora Inácia Gomes realizada pela autora, 25 e 26 de Novembro de 2012 ((a partir deste momento será citado apenas o nome e a data)).
27. Ivi.
28. Foi o caso de Carmen Pereira, primeira Comissária Política eleita e primeira mulher vice-presidente da Assembleia Nacional Popular-ANP (veja-se Stephanie Urdang, "Women in contemporary national liberation movements", in Hay, M. J. e Stichter, S. (Eds), 1984, *African women south of the Sahara*, London/New York, Longman, p.156-169).
29. Patrícia Gomes, "A importância das Forças Armadas Revolucionarias do Povo (F.A.R.P.) na luta pela libertação da Guiné-Bissau", *Poiesis*, vol. 3, n. 6, 2010, pp.121-139, disponível em <http://www.doaj.org/doaj?func=openurl&issn=21792534&genre=journal>.
30. PAIGC, *Regulamento interno dos internatos das regiões libertadas*, Conacri, 1971, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).
31. Entrevista a Teodora Inácia Gomes, 26/10/2012.
32. O número de mulheres com um nível de formação média e superior passou de 6 em 1964 para 132 em 1972. As mulheres foram conquistando progressivamente uma posição importante na gestão dos serviços sanitários que nasciam (veja-se Patricia Godinho Gomes, *op.cit.*, p. 106-121).
33. Entrevista a Teodora Inácia Gomes, 26/10/2012.
34. Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *Iº Congresso das Mulheres-Congresso da Organização para o Enquadramento da Mulher no Desenvolvimento*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, p. 25.
35. Patricia GOMES, "Gênero e cidadania na Guiné-Bissau: uma evolução histórica", in Patrícia Gomes, Muleka Mwewa, Gleiciani Fernandes (Eds.), *Sociedades desiguais: gênero, cidadania e identidade*, São Leopoldo/RS, Nova Harmonia, 2009, pp. 61-87.
36. Entrevista a Teodora Inácia Gomes, 26/10/2012.
37. Miguel de Barros e Odete Semedo (Orgs), *Manual de capacitação das mulheres em matéria de participação política com base no género*, Bissau, UNIOGBIS-Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, 2012, 84 pags.
38. Entrevista a Teodora Inácia Gomes, 26/10/2012.
39. Veja-se a este propósito *Plataforma política das mulheres da Guiné-Bissau (PPM-GB)-Plano Estratégico Operacional 2013-2016 (Educar, participar e transformar)*, Bissau Agosto de 2013.
40. Entrevista a Teodora Inácia Gomes, 26/10/2012.

Referências

- Cabral, A., 1976, 'Os princípios do Partido e a prática política', Andrade, M. (Org.), *A arma da teoria-Unidade e luta (Obras escolhidas de Amílcar Cabral)*, vol.I, Lisboa, Seara Nova, 1976, pp. 172-175.
- Chabal, P., 2003, *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people's war*, African World Press.
- Chaliand, G., 1969, *Armed struggle in Africa: with the guerrillas in "Portuguese" Guinea*, Monthly Review Press.

- Davidson, B., 1979, *Unity and struggle: speeches and writings of Amilcar Cabral*, Monthly Review Press.
- Forrest, J., 2003, *Lineages of State fragility, rural civil society in Guinea-Bissau*, Athens: Ohio University Press.
- Gaitskell, D., 1983, "Housewives, maids or mothers: some contradictions of domesticity for Christian women in Johannesburg, 1903-1939", *Journal of African History*, vol. 24, n. 2, pp. 241-257.
- Godinho Gomes, P., 2010, *Os fundamentos de uma nova sociedade. O PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*, Torino, l'Harmattan Italia.
- Godinho Gomes, P., 2013, 'From theory to practice. Amilcar Cabral and Guinean women in the fight for emancipation', Manji, F., Fletcher JR. B., Eds, 'Claim no easy victories. The legacy of Amilcar Cabral', Dakar, CODESRIA/Daraja Press, pp. 279-294.
- Gomes, P., 2004, 'Guinea Bissau e isole di Cabo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica', Carcangiu B.M., Org., *Donna e Potere nel continente africano*, Torino, l'Harmattan, pp. 192-244.
- Gomes, P., Mwewa, M., Fernandes, G. (Orgs.), 2009, *Sociedades desiguais. Genero, cidadania e identidades*, São Leopoldo, Nova Harmonia, pp. 61-87.
- Hay, M. J., 1988, 'Queens, prostitutes and peasants: historical perspectives on African women, 1971-1986', *Canadian Journal of Africa Studies*, vol. 22, n.3, pp. 430-447.
- Hay, M. J. e Stitcher, S. (Eds), 1984, *African women south of the Sahara*, London/New York, Longman.
- Kinsman, M., October 1983, 'Beasts of burden: the subordination of southern Tswana women, ca. 1800-1840', *Journal of Southern African Studies*, vol. 10 (Special Issue on women in Southern Africa) n.1, pp. 39-54.
- Ly, A., 2015, 'Promise and betrayal: women fighters and national liberation in Guinea-Bissau', Feminist Africa, p. 24-42, <http://agi.ac.za/journals>.
- Manji, F., Fletcher JR. B., Eds, 2013, 'Claim no easy victories. The legacy of Amilcar Cabral', Dakar, CODESRIA/Daraja Press.
- Mendy, P., 1999, *Guinea-Bissau: State Decay and Factional Struggles, 1973-1998*, Sopen May.
- Miller, J., 1975, 'Nzinga of Matamba in a New Perspective', *Journal of African History*, vol. 16, n. 2, pp. 201-216.
- Nicoué Gaybor, T., 2011, *Sorces orales. Histoire africaine*, Paris, L'Harmattan.
- Oyewumi, O., 'Conceptualizando el género: los fundamentos eurocéntricos de los conceptos feministas y el reto de la epistemología africana', *Africaneando. Revista de actualidad y experiencias*, Núm.04, 4º Trimestre 2010, 11 p., disponível em www.africaneando.org.
- Oyewumi, O., 'Visualizing the body: Western theories and the African subject', Oyewumi, O., Ed., *African Gender Studies. A reader* (2005), Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 3-21.
- Pekka Roos, J., 1991, 'Biografie, autobiografie, vite reali: il metodo delle storie di vita', *La Critica Sociologica*, n. 99 (ottobre-dicembre), pp. 1-14.
- Robertson, C., Berger I., (Eds), 1986, *Women and class in Africa*, New York, Holmes and Meier.

- Sheldon, K., Feo Rodrigues, I., 2008, “‘Outras vozes’: Women’s writings in Lusophone Africa”, *Africa and Asia Studies*, n.7, pp. 423-445.
- Thompson, P., 1992, *A voz do passado: história oral*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Urdang, S., ‘But we have to fight twice. Reflexions on the contribution of Amílcar Cabral to the liberation of women, in Firoze MANJI, Bill FLETCHER JR., *Claim no easy victories. The legacy of Amílcar Cabral*, Dakar, CODESRIA/Daraja Press, 2013, pp. 273-278.
- Vansina, J., 1977, *La tradizione orale. Saggio di metodo storico*, Roma, Officina Edizioni.

Documentos

- Alternag, *Estudo/Inquérito. A participação da mulher nas esferas de decisão*, estudo realizado sob a orientação das consultoras Maria Cecília Ramos da Fonseca e Maria da Conceição Moura, Bissau, Agosto de 1996, CIDAC, Lisboa, cota-GW-M I-8, 45 p.
- Barros, M., Semedo, O. (Orgs), 2012, *Manual de capacitação das mulheres em matéria de participação política com base no género*, Bissau, UNIOGBIS-Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, 84 p.
- CNMG, Iº Congresso das Mulheres- a mulher e a reconstrução nacional, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, CIDAC, Lisboa, cota-GW-M I-2 dossier.
- CNMG, *Iº Congresso das Mulheres-Mulher guineense e a luta*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, CIDAC, Lisboa, cota- GW M I-2 dossier; UDEMU, *IIº Congresso-A mulher na luta para o desenvolvimento*, CIDAC, Lisboa, cota-GW-M I-7 dossier.
- Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *Iº Congresso das Mulheres*, Caderno nº 1 “Mulher antes da luta”, Bissau, 3-7 Novembro de 1982, Abril 1982, Lisboa, Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, cota GW-M I-2 dossier.
- Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *Iº Congresso das Mulheres, Bissau-Congresso da organização para o enquadramento da mulher no desenvolvimento*, 3 a 7 de Novembro de 1982, Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, Lisboa, cota-GW MI-2 dossier.
- Pereira, C., 1978, *Sowing the first harvest. National reconstruction in Guinea-Bissau (interview to Carmen Pereira: woman revolutionary)*.
- *Plataforma política das mulheres da Guiné-Bissau (PPM-GB)-Plano Estratégico Operacional 2013-2016 (Educar, participar e transformar)*, Bissau Agosto de 2013.

